**Política**

# Os embates que incendeiam o país

**Maria Cristina Fernandes**

O ar está irrespirável e as campanhas eleitorais seguem ignorando a mitigação da poluição. São Paulo, pior ar do mundo, já é apresentado às mágicas de El Salvador contra a violência sem que se discutam propostas de arborização ou a instituição de uma taxa para a circulação de veículos pelo centro para financiar a mitigação dos efeitos do aquecimento global.

Se há condescendência nas campanhas, sobra rigor quando o poder público corre atrás do prejuízo. É o caso, por exemplo, das cobranças sobre a atuação do Supremo Tribunal Federal contra os incêndios. A implementação de políticas públicas não é função do STF, mas o ministro Flávio Dino agiu mediante provocação (Rede, PT, Psol). O regimento da Corte atribui ao relator do acórdão vencedor a prerrogativa de assegurar seu cumprimento. A reação engloba agronegócio, Congresso e os ministérios convocados às audiências com Dino.

Desde esta terça, porém, mudou o clima das audiências promovidas pelo ministro para agilizar as medidas contra os incêndios. O estarrecimento com a invasão de prerrogativas dos ministros cedeu às evidências de que Dino ocupou um vácuo na coordenação das ações emergenciais. Também cederam às evidências de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assim como o fez com as emendas, aprova o protagonismo de Dino sobre uma Amazônia desgovernada pelo atraso.

Se Lula avaliza o acúmulo de prerrogativas de Dino, parece confortável em despir-se das suas. Em entrevista à TV Norte nesta quarta, disse correr o "boato", em Brasília, de que o governador de Roraima, Antonio Denarium, "teria vinculação com essa gente do garimpo".

Agropecuarista, Denarium (nome adotado por significar moeda em latim) está com seu mandato por um fio no Tribunal Superior Eleitoral por abuso de poder econômico. Antes de espalhar o boato, Lula não acionou a Polícia Federal, o ministro da Justiça ou o advogado-geral da União.

Age no atropelo de um governo premido a cumprir compromissos assumidos aqui e alhures sem força para assegurá-los no Congresso. Corre o risco de ter seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas emoldurado pelas chamas do Pantanal e pela fuligem que sufoca a vida nas cidades.

Antes de apontar o dedo para os países mais ricos na COP30, que acontecerá em 2025, em Belém, terá que mostrar sua lição de casa. É um boletim que comporta aplausos e vaias. O desmatamento, em 2023, caiu 62% na Amazônia e cresceu 68% no Cerrado. É nesta região que se espraia o desmatamento legal, abrigado por um Código Florestal permissivo e em conflito com metas de Lula na campanha, na COP27 e na posse.

O objetivo é zerar o desmatamento em 2030. Para isso, o Brasil tem que estabelecer uma meta de corte de emissões para o período 2030-35 a ser entregue às Nações Unidas no fim do ano. A definição desta meta deixou o agronegócio em ponto de fervura.

Na semana passada, interlocutores do setor que mais dialogam com as autoridades ambientais do país tinham uma reunião com a secretária nacional de mudanças do clima, Ana Toni. Como foi chamada ao Palácio do Planalto, a secretária teve que desmarcar a reunião.

Estavam em curso, no Planalto, as tratativas para a nomeação da Autoridade Climática, cargo destinado a alinhar as políticas públicas de todo governo, promessa de campanha à qual o Congresso reagiu. As explicações não acalmaram o setor. Abespinhados, os interlocutores divulgaram uma carta em que despejaram todas as queixas.

Duas delas têm a anuência de ambientalistas e até da própria secretária. Trata-se do inventário dos gases de efeito estufa, que ainda não contabiliza as práticas sustentáveis da agropecuária, e da confecção de cenários para a descarbonização, cuja metodologia, desenvolvida pela UFRJ, é considerada pouco clara.

É a terceira queixa que ainda arde na fogueira das divergências. Para ser convencido a não usufruir da liberalidade do Código Florestal e desmatar legalmente, o agronegócio quer ser compensado. O governo quer se valer de mecanismos como o mercado de crédito de carbono ou o Pagamento de Serviços Ambientais para a compensação. O setor prefere o Orçamento.

Na segunda-feira, sete ambientalistas de entidades como o Observatório do Clima, Instituto Socioambiental e Greenpeace, subscreveram um artigo na "Folha de S.Paulo" que contesta a carta: "Longe de ser uma pobre vítima da crise do clima, o agronegócio brasileiro é responsável por 75% das emissões de gases de efeito estufa do sexto maior emissor de carbono do mundo."

No fim da tarde desta terça-feira, Ana Toni reuniu-se com representantes deste grupo, como Marcello Brito, coordenador do Centro Global Agroambiental da Fundação Dom Cabral, e apararam as arestas, o que não significa que se tenha chegado a um acordo.

O agronegócio tem acumulado prejuízos gigantescos com os incêndios, mas também se opõe ao endurecimento penal para as queimadas. Olha atravessado, inclusive, para as audiências públicas promovidas por Dino no STF. Seus interlocutores mais esclarecidos querem medidas, como a compensação no Orçamento, para segurar os setores que movem a poderosa Frente Parlamentar da Agropecuária. Um caminho para destravar um acordo poderia surgir se o poder desta frente se movesse para deslocar emendas para essa compensação.

**Maria Cristina Fernandes** é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
**E-mail** mcristina.fernandes@valor.com.br

**Congresso** Projeto teve 253 votos a favor, 67 contrários e quatro abstenções, mas falta de quórum forçou o encerramento da sessão

# Câmara aprova texto-base que estende desoneração da folha

**Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto**
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do projeto de lei que viabiliza a manutenção da desoneração da folha de pagamento de 17 setores intensivos em mão de obra e municípios, criando formas de compensação para a medida. A proposta prevê ainda a reoneração gradual desses segmentos e das cidades a partir de 2025.

Todos os destaques apresentados, com sugestões de mudança, foram rejeitados. Mas, a oposição aproveitou a redução do quórum para forçar o encerramento da sessão. A votação deve ser concluída nesta quinta-feira (12), com o envio da matéria para sanção presidencial.

O texto-base foi aprovado com apoio de 253 deputados, teve 67 votos contrários e quatro abstenções. Isso ocorreu no último dia do prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que governo e Congresso formalizassem um acordo para a manutenção do programa de desoneração.

Horas antes da votação, um encontro entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e líderes partidários selou o acordo que viabilizou a análise do tema.

Ficou decidido que haveria um ajuste redacional para que valores esquecidos em instituições financeiras — cerca de R$ 8,6 bilhões — passem a ter apenas efeito contábil e não entrem no cálculo do resultado primário.

O acordo serviu para atender ao Banco Central, que, um dia antes da apreciação, encaminhou aos parlamentares uma nota relatando preocupação sobre uma eventual apropriação desse montante como parte da compensação para a perda de receita da União. Na avaliação da autoridade monetária, essa incorporação estaria em desacordo com sua metodologia estatística, indo de encontro às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e ao entendimento recente do STF sobre a matéria.

A oposição tentou obstruir a sessão, mas os requerimentos que buscavam adiar a votação foram rejeitados pela maioria dos parlamentares.

Antes da votação, a presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações (Feninfra), Vivien Suruagy, demonstrou preocupação com a possibilidade de que o assunto não fosse solucionado dentro do prazo estipulado pelo Supremo.

"O Congresso precisa dar um basta na insegurança jurídica com a qual temos lidado desde que o Executivo vetou a desoneração", afirmou, em nota.

MARIO ROBERTO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

José Guimarães (PT-CE), líder do governo e relator do projeto que mantém a desoneração da folha de pagamentos

Em uma mudança de última hora, a deputada Any Ortiz (Cidadania-RS) abriu mão da relatoria, que acabou ficando com o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE). "Faz mais ou menos um mês que relago para que essa matéria venha para votação. Todo mundo conhece o conteúdo dessa matéria", disse Guimarães. "Matéria chegou na Casa há dias e só hoje Lira designou a relatoria. Eu alertei que chegaria o prazo."

Em abril, o ministro Cristiano Zanin, do STF, chegou a suspender, de forma liminar, os efeitos da desoneração, o que restabeleceria imediatamente a cobrança sobre os setores afetados. Dias depois, no entanto, o magistrado concedeu nova liminar, dessa vez dando 60 dias para a construção de um entendimento sobre as fontes de compensação da medida — decisão que foi confirmada pelo colegiado da Corte. O prazo, posteriormente, foi prorrogado até essa quarta-feira. O governo pediu ao tem a Zanin mais três dias para concluir o processo de sanção.

Atualmente, o modelo de desoneração da folha permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. É um modelo de substituição tributária, mais adequada a setores intensivos em mão de obra. Juntos, os 17 setores da economia beneficiados pela desoneração geram cerca de 9 milhões de empregos.

A partir do projeto de lei, proposto pela equipe econômica após acordo com o Congresso Nacional, a cobrança sobre salários voltará a ser feita de forma progressiva a partir do ano que vem. Passará a ser de 5% em 2025; 10% em 2026; 15% em 2027; e 20% em 2028.

O modelo de desoneração da folha de pagamentos de setores da economia foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos. Desde então, foi prorrogado diversas vezes. No ano passado, o Congresso prorrogou a medida até o fim de 2027. Além disso, estabeleceu que municípios com população inferior a 156 mil habitantes poderão ter a contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8%.

O texto foi vetado pelo presidente Lula, mas o veto foi derrubado pelo Congresso, desencadeando a série de movimentos que foi parar no STF.

**Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil**

CNPJ nº 47.509.120/0001-82 — NIRE 35.300.151.381

**Ata da Reunião Extraordinária nº 148 do Conselho de Administração realizada em 8.5.2024**

Aos 8 dias do mês de maio de 2024, às 16h, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 2º andar, Vila Yara, Osasco, SP, reuniram-se os membros reeleitos para integrar este Conselho na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2024, cuja posse se dará após a homologação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil. Assumiu a presidência dos trabalhos o senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, que convidou o senhor Antonio Campanha Junior para assumir a função de Secretário. Durante a reunião, os Conselheiros: 1) em conformidade com as disposições do "caput" do Artigo 8º do Estatuto Social, procederam à eleição, entre si, do Presidente e do Vice-Presidente deste Órgão, tendo a escolha, por unanimidade de votos, recaído nos nomes dos senhores: ***Presidente:*** Luiz Carlos Trabuco Cappi; ***Vice-Presidente:*** Alexandre da Silva Glüher; 2) por unanimidade de votos, atendendo ao disposto no "caput" do Artigo 12 do Estatuto Social, reelegeram diretores da Sociedade os senhores: ***Presidente: Marcelo de Araújo Noronha***, brasileiro, casado, bancário, RG 56.163.018-5/SSP-SP, CPF 360.658.504-15; ***Vice-Presidentes: Cassiano Ricardo Scarpelli***, brasileiro, casado, bancário, RG 18.290.774-6/SSP-SP, CPF 082.633.238-27; ***Rogério Pedro Câmara***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3/SSP-SP, CPF 063.415.178-90; ***Moacir Nachbar Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 13.700.383-7/SSP-SP, CPF 062.947.708-90; ***José Ramos Rocha Neto***, brasileiro, casado, bancário, RG 52.969.025-1/SSP-SP, CPF 624.211.314-72; ***Diretor Executivo - Oswaldo Tadeu Fernandes***, brasileiro, solteiro, em união estável, bancário, RG 18.327.286-9/SSP-SP, CPF 088.897.978-94; ***Diretores: José Gomes Fernandes***, brasileiro, casado, bancário, RG 28.057.233-5/SSP-SP, CPF 135.834.253-91; ***Clayton Neves Xavier***, brasileiro, casado, bancário, RG 22.251.048-1/SSP-SP, CPF 103.750.518-21. Em seguida, elegeram ao cargo de Diretor os senhores: ***Afonso Correa Tácito Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 17.265.836-6/SSP-SP, CPF 125.725.268-24; ***André Costa Carvalho***, brasileiro, divorciado, bancário, RG 62.234.384-1/SSP-SP, CPF 016.799.667-85; ***Antonio Campanha Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 21.858.522-6/SSP-SP, CPF 167.477.158-05; ***Marcos Daniel Boé***, brasileiro, casado, bancário, RG 4.581.243-0/SSP-PR, CPF 829.357.189-68; e ***Romero Gomes de Albuquerque***, brasileiro, casado, bancário, RG 2.560.112/SSP-PE, CPF 410.502.744-15. Dando continuidade aos trabalhos, o senhor Presidente esclareceu que os diretores reeleitos e o eleito: 1) têm endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; 2) terão seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos, para mandato de 2 (dois) anos, até a 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2026, estendido até a posse dos diretores que serão eleitos naquela oportunidade; e 3) arquivaram na sede da Sociedade declaração, sob as penas da lei, de que absolutamente não estão incursos em nenhum dos crimos previstos em lei que os impeça de exercer atividades mercantis, inclusive as vedações previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução nº 4.970/21, do Conselho Monetário Nacional. 3) em atendimento ao disposto no Artigo 48 da Resolução CVM nº 80/2022, atribuíram ao senhor Cassiano Ricardo Scarpelli, Diretor Vice-Presidente, a função de Relações com Investidores. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos Conselheiros, será encaminhada para assinatura eletrônica. (a) Luiz Carlos Trabuco Cappi; Alexandre da Silva Glüher, Milton Maruyama e Maurício Machado de Minas; Secretário - Antonio Campanha Junior. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas.
**Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil**. a) Antonio Campanha Junior - Secretário. **Carimbo** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob nº/nero 311.150/24-6 em 27.8.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral

# A líderes, Lira anuncia apoio a Hugo Motta

**Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro**
De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), declarou na quarta-feira (11), em almoço com líderes partidários, apoio à eleição do líder do Republicanos, Hugo Motta (PB), como seu sucessor. O anúncio foi simbólico: contou com indicativo de que o MDB aderirá à candidatura, apesar de cortejado pelos outros pré-candidatos, e foi feito pelas redes sociais do líder do PT.

Lira ainda não falou publicamente sobre o apoio, mas confirmou aos líderes dos partidos que endossará o nome de Motta como seu sucessor. O anúncio ocorreu na comemoração do aniversário de 35 anos de Motta em um restaurante em Brasília, com a presença de representantes de PL, PT, PP, PCdoB, PV, Podemos e MDB — siglas que reúnem 325 dos 513 votos na Câmara.

"Relações de confiança, diálogo, lealdade e muitas lutas diárias. Construir amizades e parcerias verdadeiras é um compromisso que tenho, olhar no olho, dialogar em harmonia e em prol do Brasil", escreveu Motta ao divulgar a foto do encontro.

O líder do PT na Câmara, deputado Odair Cunha (MG), foi o primeiro a divulgar o evento. Afirmou em suas redes sociais que Lira indicou o apoio a Motta e que submeterá o nome para que seja avaliado pela bancada do PT. "Não cabe debater a questão governo versus oposição, mas tão somente garantir a escolha de um nome que assegure o funcionamento harmônico e independente do Poder Legislativo. Quanto menos disputas secundárias, melhor será para os interesses do Brasil", afirmou Cunha.

Dentro do governo Lula (PT), a expectativa é de que Motta seja ungido presidente da Câmara em 1º de fevereiro, o que evitaria uma disputa na base aliada e colocaria na presidência da Casa alguém que é considerado pelo Planalto como bom de diálogo e ponderado, capaz de frear o tom mais impulsivo que o Senado deve ter com a provável vitória de Davi Alcolumbre (União-AP).

Embora Odair Cunha não tenha publicamente declarado apoio a Motta, a divulgação sobre o candidato de Lira foi recebida na campanha de Elmar Nascimento (União-BA) e Antonio Brito (PSD-BA) como um "balde de água fria". Ambos tinham se aliado com o discurso de fazer uma "frente governista" contra Motta, que é apoiado pela coligação que tentou reeleger o expresidente Jair Bolsonaro (PL).

Nascimento até então era o favorito de Lira, mas foi preterido quando o presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP), desistiu de ser candidato e lançou Motta. A troca teve atuação direta do Palácio do Planalto, que tentava evitar a vitória do líder do União Brasil, considerado no governo mais difícil de dialogar e adversário histórico do PT.

Ele se encontrou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na quarta-feira, junto com os ministros das Comunicações e do Turismo (que são do partido), em busca de reforçar essa frente governista, mas ouviu que o governo não se envolverá na disputa da Câmara e que o presidente governará com quem os deputados escolherem.

Além disso, outro revés para o grupo de Nascimento e de Brito é a sinalização, cada vez mais clara, de que o MDB apoiará Motta. O líder da sigla, Isnaldo Bulhões (AL), também é um dos pré-candidatos à presidência, mas participou do almoço e indicou que pode desistir em prol do amigo. Antes, contudo, deve conversar com a bancada e com Brito, que faz parte de um bloco partidário com o MDB e com quem tinha compromisso sobre a eleição.

Adversário de Motta na Paraíba, o líder do Podemos, Romero Rodrigues (PB), disse ao **Valor** que a decisão será de toda a bancada do partido, mas que defenderá o apoio a Motta. "A gente vê a candidatura com muita simpatia. Defendo a candidatura, ele é muito experiente e preparado."

Nascimento e Brito disseram que insistirão em suas candidaturas e que já reúnem apoio de alguns partidos. Nos bastidores, aliados dizem que eles vão aguardar os próximos dias, com Motta nos holofotes, para verem se o favoritismo se mantém.